

Referências de um processo em construção: O Programa de Formação e Qualificação Cultural no Estado do Rio de Janeiro

Referencias de un proceso en curso: El Programa de Formación y Calificación Cultural en el Estado de Rio de Janeiro

References to a process in construction: the Cultural training and qualification program in the State of Rio de Janeiro

Cleisemery Campos da Costa ¹

Palavras chave:

Políticas culturais

Desenvolvimento

Formação

Capacitação

Agentes de cultura

Metas

Cidades

Resumo:

Relatos e reflexões a partir das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura, e o processo de formação de gestores públicos e agentes culturais no estado fluminense. A importância da formação dos trabalhadores culturais para o desenvolvimento da cultura.

Resumen:

Informes y reflexiones desde las Conferencias Estaduales y Nacionales de Cultura y el proceso de formación de gestores públicos y agentes culturales en el estado de Rio de Janeiro. La importancia de la formación de los trabajadores culturales para el desarrollo de la cultura.

Palabras clave:

Políticas culturales
Desarrollo
Formación
Capacitación
Agentes de cultura
Objetivos
Ciudades

Keywords:

Cultural policy
Development
Training
Cultural agents
Goals
Cities

Abstract:

Reports and reflections from State and national conferences, culture and the process of formation of public managers and cultural agents in the State of Rio de Janeiro. The importance of training of cultural workers to the development of culture.

Referências de um processo em construção: O Programa de Formação e Qualificação Cultural no Estado do Rio de Janeiro

A regulamentação do Programa de Formação e Qualificação Cultural do Estado do Rio de Janeiro - PFQC materializa-se no desafio de somar as iniciativas já existentes e a consolidação das pesquisas, com as trocas de informações correntes no campo da formação cultural, inter-relacionando abordagens de compreensão e análise que contribuam para atualizar a aplicação e ampliação das políticas culturais no estado fluminense, no tocante às áreas de arte, técnica e gestão, entendendo a urgência e o contexto estratégico do panorama cultural do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, nos próximos 10 anos, a partir da efetivação dos Sistemas Nacional, Estadual, e Municipais de Cultura.

Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro

Na apresentação da Secretaria de Estado de Cultura -SEC RJ, o texto que faz referência à elaboração do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro - PEC RJ, no sitio oficial, até dezembro de 2013, aborda o contexto das políticas culturais no estado, reconhecendo que a riqueza cultural do Rio de Janeiro é indiscutível em todo o mundo, e vai muito além da capital. Num passeio cultural pelos 92 municípios que formam o mapa fluminense, a SEC RJ destaca suas diferentes regiões, fazendo citação das culturas africana, caçara, indígena e de outros povos que migraram para o Estado, contribuindo para a mistura que predomina na sua radiografia cultural:

São muitas as manifestações populares, como as Pastorinhas de Pá-

dua, a Cavalhada de Campos dos Goytacazes, o Mineiro Pau de Miracema, o Boi Pintadinho de Italva, o Caxambu de Porciúncula, o Calango de Vassouras, a Mana-Chica de São Francisco de Itabapoana, a Ciranda de Paraty, o Maracatu de Resende, além da capoeira, das folias de reis, do jongo e das quadrilhas. Bandas centenárias como a Sociedade Musical Beneficente Euterpe Friburguense, a Lyra dos Conspiradores, de Macaé, e a Fraternidade Cordeirense ainda dão o tom das nossas festas, junto com corais, grupos de samba e choro, rock, hip-hop e funk. Surgem novos cineclubes, como o Mate com Angu, de Duque de Caxias, além de vários coletivos de artes cênicas, visuais e literários. O artesanato mantém muitas famílias e comunidades que se expressam através da cerâmica, renda, madeira, couro, cestas e trançados. Nossas festas, religiosas e pagãs, são variadas: a celebração do 13 de Maio no Quilombo São José, em Valença, a Festa do Divino, em Paraty, e a Noite do Jongo, em Vassouras. Festivais como a FITA (Festa Internacional do Teatro de Angra dos Reis), o Rio das Ostras Jazz & Blues, o Festival do Vale do Café, no Vale do Paraíba, e a FLIP, em Paraty. (Adriana Rattes apud SECRETARIA DE ESTADO, 2012, p. 7)

Buscando propiciar melhores condições para que o processo social de criação e fruição da cultura fluminense seja o mais rico e diverso possível, a SEC RJ confirma um quadro visível: na maioria dos municípios do estado constatam-se carências na gestão pública da cultura, com pouquíssimos recursos humanos, financeiros e materiais, baixa institucionalidade (poucos municípios têm secretaria exclusiva de cultura), planejamento inexistente, servidores em quantidade insuficiente e sem a forma-

ção necessária, como também, falta de equipamentos culturais, e a pouca participação de agentes culturais e artistas locais na gestão da cultura.

Boa parte dos estados brasileiros começou a estabelecer, desde 2002, uma nova pauta de ação em direta relação com o Ministério da Cultura, na gestão do Ministro Gilberto Gil, nos dois mandatos do Presidente Lula. O Estado do Rio de Janeiro iniciou esta relação, mais direta e amigável, a partir de 2007. Potencialmente estimulada pelo MinC, a SEC RJ adotou várias medidas inovadoras, dentre elas o começo de um diálogo com as cidades, buscando, inicialmente junto aos prefeitos, o compromisso conjunto de fortalecimento da cultura nos seus municípios. Até chegar ao contexto de elaboração do Plano Estadual de Cultura, o cenário das políticas culturais no estado fluminense é resultado, especialmente, dos recentes trinta anos, da relação estado/municípios que acompanhou o lento processo de construção democrática do Brasil, e mais lento ainda, o processo de construção das políticas públicas de cultura.

Tanto no Brasil como nos estados, o conceito de cultura começa a ser efetivado como veículo condutor de assimilação e de apropriação das políticas públicas, mudando, lentamente, para além das agendas conhecidas e festivas da “cultura do evento”, das festas e folguedos, calendários religiosos e ritos folclóricos, neste tempo recente que compreende pouco mais de uma década. A apropriação recentíssima deste conceito começa a provocar os municípios e os diversos atores do cenário cultural no estado, nesta sequência de apropriação e mudanças, onde a unanimidade da necessidade de formação para melhor atuação no setor é ponto comum entre todos, tanto no poder público quanto na esfera privada, nas organizações não governamentais, e ainda, no movimento livre.

Nas declarações dos delegados das conferências estaduais e nacional de cultura, no decorrer de 2013, a fala comum apontou para necessidade de formação no setor, como atesta o pesquisador do Laboratório de Ações Culturais da UFF, Prof. Dr. Luiz Augusto Rodrigues:

Cada vez mais, a implementação das políticas em cultura vem ganhando força e tentativas de sistematicidade e desenvolvimento qualificado. Há que se considerar, no entanto, que para se ter políticas é necessário que se posicionem e se conceitue a partir de que preceitos as políticas serão norteadas, a formação é, então, um requisito básico. Tanto do quadro técnico envolvido quanto dos propositores e gestores responsáveis pela implantação e acompanhamento das políticas traçadas. (RODRIGUES, 2010, s.p.)

Das propostas oriundas dos municípios, sistematizadas para debate na 3ª CEC RJ (Conferência Estadual de Cultura), destacamos as propostas estaduais aprovadas, dentro do segmento de formação, nos quatro eixos norteadores da conferência:

Eixo 1 – Implementação do Sistema nacional de Cultura/1.1 Capacitar gestores de cultura, conselheiros e agentes culturais, mestres e grãos de cultura popular e tradicional e professores através de programas de formação na área cultural e cursos promovidos e certificados pela Secretaria de Estado de Cultura, de Educação e instituições de ensino; 1.2. Aumentar o número de funcionários da cultura, abrindo concursos públicos criando-se uma gerência de cultura com tempo de carreira que independa do governo, com perfil de formação e títulos pertinentes às demandas locais, contemplando profissionais graduados em Produção Cultural, dentre outras graduações;

Eixo 2 – Produção Simbólica e Diversidade Cultural / 2.20. Organizar oficinas de capacitação para gestores públicos municipais de cultura e agentes da sociedade civil; 2.21. Organizar oficinas nas diferentes regiões do estado que discutam e capacitem gestores e fazedores de cultura acerca da economia criativa, democratizando o acesso aos saberes e conceitos sobre este campo; 2.23. Realizar concurso público para a Secretaria Estadual de Cultura nos âmbitos administrativo, técnico e superior de forma a garantir a perenidade nas políticas públicas de salvaguarda, circulação, fomento, intercâmbio, desenvolvimento, cidadania e direitos culturais – como apontado no SNC; 2.24. Ampliar a carga horária de permanência de alunos da educação básica, da rede estadual de ensino, em atividades artísticas e culturais; oficinas e fóruns de discussão; 2.25. Ampliar, nas diferentes regiões do estado, dos cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação no campo da cultura na rede estadual de ensino médio, técnico, profissionalizante e nas universidades públicas estaduais; 2.29. Desenvolver oficinas de capacitação de profissionais da educação – parceria Secretaria de Estado de Educação, SEC-RJ e órgãos gestores municipais - para o curso de História da África e História Indígena, em cumprimento às Leis 10.639/2011 e 11.648/2008, para tratar de temas como tolerância religiosa, diversidade cultural e culturas populares e tradicionais; 2.32. Manter, valorizar e expandir as escolas de formação em linguagens artísticas e culturais existentes no estado com quadros próprios concursados e infraestrutura adequada ao seu bom funcionamento; 2.33. Organizar oficinas nas diferentes regiões do estado discutindo e capacitando gestores e fazedores de cultura acerca da economia criativa, democratizando o

acesso aos saberes e conceitos sobre este campo;

Eixo 3 – Cidadania e Direitos Culturais/ 3.1 Capacitação e qualificação dos profissionais da área artística, cultural para trabalhar com a pessoa com deficiência;

Eixo 4 - Cultura e Desenvolvimento/ 4.1. Garantir a formação dos agentes de cultura desde o ensino básico, inclusive com oficinas de arte extracurriculares, até sua qualificação e especialização artística; 4.2. Capacitar os gestores públicos de cultura para a inclusão dos seus municípios nos programas estaduais e nacionais de fomento à cultura, com a formação devida para lidar com as especificidades das políticas de preservação e acesso ao patrimônio material e imaterial.

O Programa de Formação e Qualificação Cultural – PFQC é uma das peças integrantes do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro - Lei de Estado de Cultura (em tramitação para aprovação na ALERJ), a saber:

CAPÍTULO II-DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA

Art. 11 - São instrumentos de gestão do Sistema Estadual de Cultura:

[...] SEÇÃO III - Programa de Formação e Qualificação Cultural – PFQ

Art. 44 - Fica autorizada a criação do Programa de Formação e Qualificação Cultural, com o objetivo de estimular e fomentar a qualificação de agentes públicos e privados nas áreas consideradas vitais para o funcionamento do Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo Único - Este programa será regulamentado em instrumento próprio.”

Do texto base das Diretrizes e Estratégias do Plano Estadual de Cultura

do RJ, inserido como anexo na Lei de Estado de Cultura, cabe atentar para os registros específicos para o tema da formação cultural:

EIXO TEMÁTICO 1 – CULTURA E CIDADANIA

1.1 (Diretriz) PROMOVER A CULTURA COMO UM DIREITO DE TODOS OS CIDADÃOS E AMPLIAR O ACESSO AOS BENS CULTURAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Estratégias:

1.1.1 Implementar e estimular ações de ampliação do acesso à formação artística em níveis de iniciação, profissionalização e excelência, em todas as regiões do estado.

1.1.4 Implementar ações de incentivo à formação de público para a cultura, visando a democratização do acesso às mais variadas linguagens artísticas e expressões culturais.

1.1.6 Garantir às pessoas portadoras de deficiências o acesso às artes e expressões culturais, contemplando a possibilidade de formação, produção e fruição.

EIXO TEMÁTICO 2 – CULTURA, DIVERSIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

2.1 (Diretriz) VALORIZAR A DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Estratégias:

2.1.1 Fomentar ações de valorização da diversidade cultural do estado do Rio de Janeiro em todas as regiões, estimulando a formação, produção, difusão, documentação e memória das linguagens artísticas e expressões culturais.

2.2 (Diretriz) FORMULAR E IMPLEMENTAR POLÍTICAS CULTURAIS SETORIAIS

Estratégias:

2.3.3 Difundir técnicas e saberes tradicionais, tendo por objetivo garantir a

transmissão deste conhecimento para as gerações futuras.

2.3.4 Promover ações de educação patrimonial voltadas para a valorização da memória, das identidades, da diversidade cultural e do meio ambiente.

EIXO TEMÁTICO 3 – CULTURA, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

3.1 (Diretriz) PROMOVER O APROFUNDAMENTO DO DIÁLOGO ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO

Estratégias:

3.1.1 Integrar políticas de cultura e de educação, através de planejamento e ações em conjunto, visando contribuir para a melhoria do processo educacional e a formação do indivíduo.

3.1.2 Incentivar a utilização de linguagens artísticas e expressões culturais no ambiente escolar e nas bibliotecas e museus, estimulando a criatividade, a capacidade de expressão e a sociabilidade da população infanto-juvenil fluminense.

3.1.3 Estimular ações de formação artística e cultural voltadas para educadores, gestores de educação, bibliotecários e museólogos.

3.1.4 Estimular ações culturais que otimizem o uso de equipamentos pelo público infanto-juvenil, bem como os espaços das escolas para atividades culturais extracurriculares.

3.1.5 Desenvolver programas, em parceria com a educação, voltados para a valorização do ensino de história, arte e cultura regionais e locais, em especial das minorias.

EIXO TEMÁTICO 5 – GESTÃO DA CULTURA

5.2 (Diretriz) INTENSIFICAR OS ESFORÇOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO DA CULTURA

Estratégias:

5.2.3 Investir na formação de gestores

públicos da área da cultura.

6.2 (Diretriz) AMPLIAR O ACESSO DOS AGENTES CULTURAIS DO ESTADO AOS RECURSOS FINANCEIROS DA CULTURA

Estratégias:

6.2.4 Investir na qualificação de agentes culturais habilitando-os a melhorar o planejamento, a captação e a gestão dos recursos de seus projetos.

A exigência de formação para atuação no campo cultural é tão recente quanto o processo de efetivação das políticas culturais no Brasil. Poucos anos antes, por não ser obrigatória para o exercício da função, por parte da esfera pública ou do mercado, a necessidade de formação específica para desempenhar funções na área da arte e cultura era inexistente. Este quadro muda em função das dimensões que a própria cultura passa a estabelecer, nos variados setores da sociedade (público, privado, alternativos), pelo volume de recursos e investimentos que começam a ser operados nos novos orçamentos destinados à cultura. Os próprios gestores, agentes culturais, artistas, arte-educadores, interessados na sua formação e capacitação, começam a buscar elementos potenciais de formação e capacitação, estimulando uma dinâmica dentro deste processo em construção. Em boa parte dos casos, a iniciativa pela capacitação surgia da atitude dos próprios gestores, dentre outras experiências, cito o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, promovido pela Comissão dos Gestores de Cultura/Comcultura RJ, em parceria com o Decult-SR3 UERJ², ao longo de dez anos; uma vez que a ausência de uma política de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura, durante este percurso de tempo recente, permaneceu sem solução, ou mesmo sem iniciativas específicas dos respectivos governos.

Já reconhecido o papel fundamental da cultura para o exercício da cidadania, para a consolidação da democracia, identificando realidades locais, buscando descobrir mecanismos viáveis de adoção de práticas e atitudes que resultem em ações concretas nos processos determinantes para o desenvolvimento, e compreendendo que a própria cultura vivencia um processo de construção, a partir da efetivação dos seus Planos de Cultura, a formação cultural, com sequente profissionalização de pessoal para atuação no setor, está em patamar crescente de exigência, nos diferentes setores da sociedade. Neste aspecto, formar novos profissionais e capacitar os que já desempenham funções viabiliza potencialmente a garantia da valorização das políticas públicas de cultura no estado, nas cidades que compõem o seu mapa, contribuindo para o fortalecimento de nossa identidade e pluralidade como vetor fundamental de desenvolvimento, na riqueza que é a cultura, como bem natural da vida, e de ser feliz.

Tais considerações balizam a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro a proceder na regulamentação do seu Programa de Formação e Qualificação Cultural, com linha de ação pautada no tripé técnica, arte, e gestão. Apartir de um diagnóstico com levantamento das ações formativas da área cultural no estado, identificando as iniciativas existentes como os cursos e/ou afins, promovidos e/ou apoiados pela SEC, cursos formais oferecidos na área cultural, e afins nas faculdades e institutos, identificação de parceiros no poder público (municipal, estadual e federal), para aplicação de programas/editais de formação, bem como a avaliação de formatos, em função do público diversificado (cursos livres; seminários; oficinas, e os cursos com certificação - carga horária específica por modalidade EAD-Semi presencial, e/ou), o estado fluminense potencializa o processo de formação e capacitação do setor.

Curso de Formação para Gestores Públicos e Agentes Culturais do RJ

A formação e capacitação dos profissionais atuantes nos mais diversos setores culturais é a forma mais rápida e eficaz de promover bons resultados para a política de cultura. O Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais foi uma das ações iniciais na implantação do Programa de Formação e Qualificação Cultural do Estado do Rio de Janeiro, orientando o processo de formação cultural no estado para gestores públicos culturais, conselheiros municipais de cultura, e agentes culturais, aliando as noções básicas às tendências mais contemporâneas nesta área, se valendo de especialistas renomados em seus variados segmentos de atuação, para atender as demandas mais práticas de aperfeiçoamento.

O Curso, em parceria com o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias, da UERJ e com o Ministério da Cultura, desenvolvido de outubro de 2013 a julho de 2014, com carga horária de 151 horas/Modalidade EAD (135 à distância e 16 horas presenciais), ofereceu 800 vagas, distribuídas em 23 turmas para todo estado do Rio de Janeiro, com um grupo de renomados especialistas, e tutores para orientação e acompanhamento dos alunos. Aliando as noções básicas às tendências mais contemporâneas nesta área, se valendo de especialistas renomados em seus segmentos de atuação, o percurso de formação foi organizado para atender as demandas mais práticas de aperfeiçoamento na elaboração e monitoramento de projetos culturais, mas também para dar solidez ao processo de organização do trabalho em cultura que obedece a prerrogativas diversas, como a apropriação de noção dos conteúdos da área, dos debates mais atuais sobre políticas e gestão cultural no Brasil e em especial, no Estado do Rio de Janeiro. Ao longo do curso, foram realizadas aulas com

encontros presenciais em diferentes regiões do estado, com tutores e especialistas para orientação e desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos (os chamados Trabalho de Conclusão de Curso), agregado as tarefas executadas que atestaram 75% de frequência, para certificação. Um dos alunos concluintes, Joelson Santiago, da Baixada Fluminense, enfatiza a importância do aprendizado na relação direta da sua atuação profissional:

Posso assegurar que minha atuação na área de cultura tem agora um divisor de águas - antes e depois do Curso de Formação Cultural dos Gestores Públicos e Agentes Culturais, que me abriu uma dimensão totalmente nova. Terminei o curso satisfeito e feliz pelo investimento destes meses.

Com agenda de encontros para apresentação e discussão do PFQC, a SEC propõe discussões com representantes de Universidades e Institutos, Municípios, Sistema S, Fóruns de representação regional e/ou setorial, e a Sociedade Civil do estado fluminense, e ainda, troca de informações sobre iniciativas de organização de Programas de Formação Cultural em outros estados brasileiros e na União.

Como sugestão para o futuro Conselho Estadual de Cultura (com regulamentação prevista após aprovação da Lei de Estado de Cultura), as seguintes propostas estão em discussão, podendo ser, ou não, matéria de regulamentação no Programa de Formação e Qualificação Cultural: A instalação de cursos nas regionais do estado priorizando formação e qualificação nas áreas artística, técnica e de gestão (em especial para gestores públicos, conselheiros de cultura, artistas, arte-educadores, e animadores culturais); instalação de Centros Estaduais de Educação em Artes (parceria com outras unidades administrativas do estado, e/ou autarquias, em

locais e/ou ações já existentes); ações extracurriculares de artes nas escolas estaduais (parceria com SEE); continuidade na aplicação de oficinas e cursos livres (linguagens artísticas e técnica), em parceria com prefeituras, Sistema S, e terceiro setor; convênios, parcerias, e/ou acordos técnicos específicos com Universidades Públicas, Institutos Federais, e Ministério da Cultura, para aplicação de cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação em gestão/produção/políticas culturais, tendo como base a formação na área de gestão cultural; publicação de títulos e periódicos específicos.

O Sistema Nacional de Cultura e a necessidade de Formação Cultural no Brasil

Este contexto vem sendo desenhado, especialmente, a partir das agendas que mobilizaram municípios, estados, e país nas etapas das conferências de cultura, onde a “radiografia da cultura Brasileira” ficou evidente. A reflexão sobre a 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, apresentada pela pesquisadora Lia Calabre (2006), do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, destaca que: “A questão da formação dos profissionais, sejam eles das áreas de gestão ou das linguagens e práticas artísticas, está presente em praticamente todos os cinco eixos temáticos na discussão na I Conferência”.

Na 2ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2010, o então Presidente do Conselho de Estado de Cultura da Bahia, hoje Secretário de Estado de Cultura daquele estado, Prof. Antônio Albino Rubim (2007), enfatiza: “A formação apareceu em várias das diretrizes prioritárias aprovadas pelos estados, sendo a segunda proposta mais votada por todos os Delegados, na plenária fina.

Formação em vários níveis, e com diferentes objetivos: gestores, produtores, técnicos operacionais, artistas”.

Na 3ª Conferência Nacional de Cultura -3ª CNC, realizada em novembro de 2013, a instalação e desenvolvimento do Programa Nacional de Formação em Cultura, com garantias de recursos específicos da União, dos estados e municípios, foi um dos principais destaques, onde novamente a questão da formação no setor ficou entre as propostas mais votadas por todo Brasil. Do resultado final das 614 propostas, foram elencadas 20 prioritárias, deste conjunto, quatro propostas centradas na formação destacam-se nos diferentes eixos norteadores, a saber:

Eixo 1 - Implementação do Sistema Nacional de Cultura/Proposta 1.14. Criar, desenvolver, fortalecer e ampliar as estratégias para a formação e capacitação em gestão cultural de forma permanente e continuada, envolvendo gestores e servidores públicos (nos níveis federativos: união, estados, distrito e municípios) e privados, conselheiros de cultura, artistas, produtores, agentes culturais, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e demais integrantes da sociedade civil dos diversos segmentos por meio: a) da diversificação dos formatos e modelos de formação, contemplando a educação a distância EAD, presencial, semi-presencial, continuada, Programa Nacional de Formação de Gestores Culturais Públicos e Sociedade Civil, cursos de curto, médio e longo prazo, de nível técnico e superior, extensão, graduação, pós-graduação strictu sensu e lato sensu, palestras, seminários, fóruns e treinamento, além da produção e disponibilização de material didático; b) da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e de qualificação profissional para os campos da polí-

tica e da gestão cultural e da garantia de atendimento e adequação das linhas formativas segundo, as especificidades regionais, a demanda de cada segmento cultural frente à diversidade, pluralidade e singularidades do universo da cultura; c) da garantia à acessibilidade (artigo 9^a. do decreto no. 6949, de 25 de agosto de 2009) através da utilização de metodologias e materiais didáticos específicos, tais como: publicações em Braille, formatos abertos para leitores de tela, presença de interpretes para as diversas linguagens e códigos, tecnologias e adequações de infraestrutura.

Eixo 2 - Produção Simbólica e Diversidade Cultural/Proposta 2.11. Investir na educação continuada formal, no âmbito do ensino técnico e superior (tecnológico, bacharelado e licenciatura), públicos, incluindo a criação de cursos nas Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em linguagens artísticas, criativas e saberes culturais, e educação não formal, contemplando as áreas artísticas, criativas e culturais em amplos aspectos, abrangendo as manifestações locais, contemporâneas e de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais (Conforme decreto presidencial nº. 6.040, 07/02/2007), de forma descentralizada e com acessibilidade comunicacional, intelectual e de mobilidade, com intuito de garantir: a) formação continuada de arte educadores nas diversas áreas do conhecimento artístico/cultural, para mediar, desenvolver e conduzir conteúdos e disciplinas artísticas, trabalhando a arte como uma área de conhecimento; b) investimento em instituições comunitárias, estaduais e federais de ensino superior tecnológico para o aumento de oferta e interiorização de cursos de graduação, extensão e pós-graduação nas áreas da arte/cul-

tura, bem como criar e fomentar escolas livres e pesquisas, através das agências estaduais de fomento, de pesquisa e extensão, do CNPq e das pesquisas cujo o objeto seja a cultura; c) incentivo a criação de cursos livres em gestão cultural para gestores, produtores, artistas e sociedade em geral; d) criar via Ministério da Cultura de uma plataforma online de recursos educacionais abertos, bem como produzir materiais didáticos editados com conteúdos referentes às culturas dos povos e comunidades tradicionais contemplando também as distintas linguagens artísticas contemporâneas; e) reconhecer as práticas culturais como formadoras de subjetividades e coletividades, valorizando os conhecimentos dos povos tradicionais, bem como das manifestações artísticas/culturais contemporâneas, favorecendo o intercâmbio entre o ensino formal e não formal; f) Fomentar a formação de agentes culturais via bolsas de estudo, pesquisas e residências culturais, bem como ampliar, equiparar com as outras áreas do conhecimento e garantir a participação do campo da cultura no âmbito do programa “Ciências sem Fronteiras” e a criação do Programa Artes sem fronteiras;.

Eixo 3 – Cidadania e Direitos Culturais/ Proposta 3.39. Intensificar e fomentar o reconhecimento de mestres e mestras das culturas populares e tradicionais (mestres de capoeira, hip hop, quilombolas, indígenas, sábios, afoxés, jongo e griôs), por meio de certificação da Rede Certific do Ministério da Educação (de acordo com a Meta 17 do Plano Nacional de Cultura) ou órgãos afins, com ações atinentes ao IPHAN e ao IBRAM, garantindo recursos financeiros para a manutenção de suas expressões artísticas e culturais, através dos editais de premiação da SCDC; intensificando e aprimorando as ações de prote-

ção do patrimônio material e imaterial, versando sobre estudos, pesquisas e formação, apoiando estrategicamente esses processos com a aprovação da Lei de Mestres (Projeto de Lei nº 1.176/2011) e a transformação do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em lei.

Eixo 4 – Cultura e Desenvolvimento/ Proposta 4.21. Fortalecer e fomentar as cadeias dos setores criativos, promovendo o intercâmbio regional, nacional e internacional, valorizando os setores da Economia Criativa local, garantindo o investimento e a infraestrutura de apoio para criação, produção, publicação, difusão/distribuição de Bens e Serviços Culturais (adaptadas às especificidades das diferentes Cadeias Produtivas), capacitando os agentes culturais, gerando condições de trabalho e renda, tendo como base as dimensões da sustentabilidade (econômica, social, ambiental e cultural), reforçadas por programas de conscientização e mudança de hábito e consumo/fruição, como também criar programas de incentivo ao empreendedorismo e à sustentabilidade das cadeias produtivas do setor cultural, garantindo a acessibilidade, a inclusão.

Como apontado na 3ª CNC, a necessidade de formação permanece como preocupação dos participantes da agenda nacional de cultura, representantes de variados setores (público, privado, terceiro setor, movimento livre, além de pesquisadores, professores), ressaltando que a política de formação, atualmente, é ação estratégica para a efetivação dos próprios Sistemas de Cultura. As próprias ações do Ministério da Cultura, principalmente a partir da institucionalização do Plano Nacional de Cultura-PNC, e do estabelecimento das 53 metas, abrem

para todo Brasil um desafio, onde o cumprimento das metas até 2020 implica em pessoal apto, capacitado, com formação específica na área.

Observando as etapas, projeções, e metas do PNC, o Ministério da Cultura estabelece uma intensa pauta de trabalho, com um complicador que se repete ainda nas demais instâncias do poder público (estadual e municipal), que é sua própria condição estrutural (física, orçamentária e principalmente, de limitado quantitativo de pessoal³), frente às demandas que são criadas na esfera federal, como nos estados e municípios. Neste aspecto, cabe ressaltar a importância de uma equipe condizente, com perfil específico para atuação, em quantidade apropriada para acompanhar o desenvolvimento das ações, com cargos efetivos para função. Atualmente, a falta de pessoal capacitado é um dos fatores de maior impedimento para elaboração e efetivação de políticas públicas de cultura, e por outro lado, maior engajamento dos agentes, artistas e produtores culturais, no novo cenário das políticas culturais, tanto na esfera pública, como na iniciativa privada, e no terceiro setor.

Considerando o contexto geral do setor cultural, com intensas mudanças na última década (política de editais, aumento de recursos, programas de difusão e fomento), e a falta de apropriação de conhecimentos para acompanhar o desenvolvimento e debate do tema, ampliar as condições de formação e capacitação no setor tendem a diminuir o distanciamento entre os principais atores do universo da cultura, com a sua própria condução nos espaços do governo e da sociedade em geral. No tocante a capacitação, o Ministério da Cultura tem proposto uma linha que aborda desde a elaboração de projetos, à gestão de equipamentos culturais, a ampla discussão das políticas culturais, como também a inserção nas linguagens

artísticas, patrimônio cultural, e demais áreas afins, trabalhando com técnicas e aplicações de temas específicos, de modo a consolidar o tripé da formação: técnica, arte e gestão. Das 53 Metas do PNC, cabe o destaque para 10:

Meta 11) Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural - Esta meta enfatiza o especial cenário de investimento no setor cultural, considerando as exigências de praxe dos setores/mercado (1º, 2º e 3º setor), no tocante a formação oficial;

Meta 12) 100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural – Desde 1996, a Arte é reconhecida, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como disciplina integrante do currículo das escolas e não apenas como uma atividade educativa. No entanto, nem todas as escolas oferecem esse ensino aos seus alunos. A disciplina de Arte deve atender às orientações do documento Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). Deve também dar ênfase aos conteúdos de cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural, incluindo, entre outros temas, a história indígena, afro-brasileira e africana. Esta meta atende e exigência legal, destacando a necessidade de mão-de-obra específica;

Meta 13) 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada, com a criação de mais de 1,3 milhão de empregos formais no setor cultural. A maioria dos trabalhadores da cultura não tem emprego formal, com registro em carteira ou mesmo outro tipo de contratação. Os trabalhadores da cultura podem ser artistas, técnicos, produtores e muitos outros. As atividades reconhecidas do se-

tor cultural estão na lista da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) criada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para atender este patamar, especialmente proposto para rede pública de ensino (municipal e estadual), uma mão-de-obra especializada e devidamente certificada-diplomada, é fato sequente.

Meta 15) Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas. Mesmo que a oferta de cursos na área cultural tenha sido ampliado nos últimos anos, essa oferta ainda não é suficiente para a diversidade das áreas do setor cultural com suas especificidades e necessidades atuais.

Meta 16) Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas - Triplicar as vagas de graduação e pós-graduação nas áreas de arte e cultura. O mercado de trabalho brasileiro tem aberto cada vez mais espaço para especialistas em linguagens artísticas, patrimônio cultural e cultura. Para responder a essa demanda, é preciso que esses profissionais se qualifiquem e que sejam abertas vagas para formação de profissionais de nível de graduação (bacharelado e licenciatura) e de pós-graduação, em todas as regiões do Brasil. O país precisa, também, aumentar a quantidade de pesquisas na área da cultura e, para isso, é preciso ter um número expressivo de pesquisadores e de bolsas. Além dos cursos classificados pelo Ministério da Educação (MEC) nas áreas de arte e cultura, será necessário criar outros que atendam melhor a essa demanda.

Meta 17) 20 mil trabalhadores da

cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC) Reconhecer os saberes de 20 mil trabalhadores de todas as áreas da cultura e dar a eles certificação profissional. O programa Rede Certific, do Ministério da Educação (MEC), é uma das iniciativas do Governo Federal para a certificação profissional dos trabalhadores brasileiros. Por meio desse programa, podem ser certificadas pessoas que têm conhecimentos muito específicos. Esses conhecimentos podem ser habilidades, atitudes e competências dos trabalhadores da cultura e independem da forma como foram adquiridos. Ao reconhecer a competência do conhecimento adquirido fora das escolas, a certificação profissional promove a produtividade e atua na inclusão social e profissional. Por exemplo, mestres da cultura popular e tradicional, como artesãos, rendeiras e tocadores de tambor, depois de certificados, poderão ser chamados a ensinar seus conhecimentos nas escolas.

Meta 18) Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura - Dobrar o número de pessoas qualificadas em cursos, oficinas, fóruns e seminários na área cultural. Esta meta tem como objetivo qualificar artistas, profissionais da cultura e gestores para a área cultural;

Meta 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura;

Meta 36) Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios,

dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes; Meta 44) Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura – A diversidade cultural brasileira pode e deve estar mais presente na programação televisiva. Para isso, é importante estimular tanto a produção como a circulação de obras independentes, estabelecendo uma participação mínima da produção independente brasileira na TV, tanto na TV aberta como na TV por assinatura.

Com este quadro, a partir da aprovação do PNC e o cumprimento das metas prioritárias, bem como todo processo que institucionaliza nas cidades, estados e União as peças integrantes dos Sistemas de Cultura, vivenciamos na cultura brasileira um cenário de passagem marcado pelo desafio da formação e profissionalização do setor, com um processo em construção que envolve toda sociedade, em especial os participantes do mundo da cultura.

Bibliografia

BAYARDO, Rubens. A gestão cultural e a questão da formação. In: Revista *OIC – Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 6. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976 – 1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

_____; CURVELLO, Maria Amélia; FRADE, Cascia; GOMES, Ricardo; (Orgs.). *Políticas*

Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 2007-2008. Vol. 4. Rio de Janeiro: Uerj/Decult, 2009.

CAMPOS, Cleise; CALABRE, Lia; LEMOS, Guilherme, (Orgs.). *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - 2006*. Vol. 3. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007.

_____; _____. (Orgs.). *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2004 – 2005*. Vol. 2. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONDURU, Roberto; Siqueira, V. (Orgs.). *Políticas Públicas de Cultorado Estado do Rio de Janeiro. 2002*. Vol. 1. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003.

CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

<http://www.cultura.gov.br/snc>. Acessos diversos.

<http://www.cultura.rj.gov.br/consulta-publica/lei-estadual-de-cultura>. Acessos diversos.

<http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/plano-estadual-de-cultura>. Acessos diversos.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2006*. Brasília: IBGE, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *1ª Conferencia Nacional de Cultura 2005/2006*. Estado e Sociedade. Brasília: MinC, 2007.

_____. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: MinC, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

PORTO, Marta. *Por uma política pública de cultura: desenvolvimento e democracia*.

In: *Reunião Pública Mundial de Cultura*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Unidade Editorial, 2008.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. *Mapeamento 'Formação em gestão, produção cultural e entretenimento – graduação e pós-graduação'*. Rio de Janeiro: ABGC/Associação Brasileira de Gestão Cultural, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canela. *Políticas Culturais no Brasil – Coleção Cult*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Minuta para Consulta Pública – Plano Estadual de Cultura*. Rio de Janeiro: SEC RJ, 2012.

SILVA, Frederico A. B. da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

1 Mestre em História Social e Política do Brasil (ASO-EC), atriz bonequeira do grupo Teatro de Bonecos Trio de Três, ex-Secretária Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Gonçalo-RJ, Diretora e integrante do grupo fundador da Comcultura-RJ. Assessora de Estudos e Pesquisas na Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Contato: cleisecultura.rj@gmail.com

2 Departamento Cultural, da Sub-Reitoria 3 (de Extensão e Cultura) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

3 O Ministério da Cultura foi organizado em 1985, com estrutura-base oriunda do Ministério da Educação.